

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 88

17/03/06 a 24/03/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck e Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Brasil antecipou pagamento de dívida com Reino Unido

O Ministério do Comércio do Reino Unido anunciou, no dia 16 de março, que o governo brasileiro antecipou o pagamento de um empréstimo de 90 milhões de libras ao governo britânico. A medida faz parte do programa de pagamento antecipado de parcelas da dívida externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os empréstimos concedidos pelo Reino Unido ao Brasil haviam sido renegociados nos anos 80, no âmbito do Clube de Paris. No final de 2005, o Itamaraty informou que anteciparia o pagamento de cerca de US\$ 2 bilhões em dívidas revistas com o Clube e vem negociando separadamente com cada membro da entidade. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/03/06).

Japão, EUA e UE disputaram a implantação da TV digital no Brasil

Japão, Estados Unidos (EUA) e União Européia (UE) estão disputando pela implantação do padrão de televisão digital no Brasil, que substituirá o analógico. O governo brasileiro quer a instalação de uma fábrica de semicondutores (componentes usados na produção de microprocessadores) no país, em troca da adoção de um dos padrões internacionais, sustentando que não há, no Brasil, um sistema a cabo ou satélite que atenda a mais de 90% da população, além de ser uma oportunidade de crescimento para o setor brasileiro de microeletrônica. Na semana passada, o Itamaraty divulgou que já havia optado pelo padrão japonês pelo fato das emissoras de TV o considerarem tecnicamente melhor para transmissão em alta definição para os aparelhos televisivos móveis, como os telefones celulares, por exemplo. Além disso, o governo brasileiro queria que o serviço de televisão aberta nestes tipos de aparelho, fosse gratuito e o sistema do Japão é o único com essa característica. Entretanto, no dia 17 de março, representantes da *ST Microelectronics*, fabricante franco-italiano de semicondutores, reuniram-se com técnicos do governo brasileiro para tentar



reverter a situação. Os europeus informaram ter dado início a um estudo sobre a viabilidade da implantação de uma fábrica de semicondutores no Brasil, que deverá levar de um ano a 20 meses para ficar pronto, e estarem fazendo um outro esboço sobre o esquema de financiamento para os radiodifusores brasileiros, que será feito através do Banco Europeu de Investimentos. Ambos projetos deverão ser entregues na próxima semana ao governo brasileiro. Além disso, o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, desembarcará no Brasil, na próxima semana, para, entre outros afazeres, tentar convencer o Brasil a adotar o modelo europeu. Os japoneses, em contra partida, informaram também estarem dispostos a criar um grupo para estudar a viabilidade da instalação de uma indústria deste tipo no Brasil. O estudo demoraria de seis meses a um ano para ficar pronto. Os empresários japoneses também se declararam dispostos a compartilhar conhecimentos na fabricação de novos produtos que contam com a tecnologia da TV digital para o Brasil. Os EUA, por sua vez, ao perceberem que seu padrão de TV digital, o ATSC, estava praticamente fora do páreo, já que não comporta a transmissão para aparelhos móveis, criticaram as propostas européia e japonesa de instalação das fábricas no Brasil, mas não melhoraram sua oferta nem se comprometeram a implantar uma indústria desta envergadura no país. Somente a possibilidade da instalação de fábricas de televisores e de transmissores no Brasil foi levantada, além da firmação de um compromisso de importar televisores brasileiros. A oferta norte-americana, entretanto, de uma linha de crédito aos radiodifusores brasileiros foi a menor de todas: US\$ 150 milhões, frente à européia, de US\$ 400 milhões e a japonesa, de US\$ 500 milhões. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 18/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/03/06; O Globo – Economia – 17/03/06; O Globo – Economia – 18/03/06).

Rússia solicitou informações sobre a origem da carne exportada pelo Brasil

O governo russo enviou um requerimento ao Brasil para checar se algumas empresas do país têm capacidade de exportar para a Rússia o volume de carne que estão oferecendo. Frigoríficos brasileiros localizados em estados não embargados pelo governo russo solicitaram permissão para embarcar 170 mil toneladas de carne bovina e 250 mil de carne suína. O serviço sanitário russo quer se certificar de que os produtos não estão vindo dos estados que foram embargados no final de 2005 devido à ocorrência de focos de febre aftosa no país. A associação que reúne os exportadores brasileiros, a Abiec, informou que o país tem exportado carne apenas de frigoríficos habilitados e situados em estados não embargados pela Rússia. O veto russo abarca oito estados brasileiros. O responsável pelo serviço veterinário russo, Sergei Dankvert desmentiu uma informação divulgada na semana passada de que a Rússia retiraria os embargos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina por estar enfrentando um problema de escassez de carne em seu mercado. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/03/06).



EUA montará escritórios na região da Tríplice Fronteira para controlar operações na região

O governo norte-americano decidiu abrir três escritórios para controlar o comércio internacional na Tríplice Fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai. O projeto conta com a parceria dos governos locais e tem como objetivo investigar atividades ilícitas na região como contrabando, tráfico de armas e de drogas, violações aos direitos de propriedade intelectual, lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros. Os Estados Unidos acreditam que muitas dessas operações comerciais sirvam de fonte de captação de recursos para grupos islâmicos radicais, embora não tenha conseguido evidências para provar isso até hoje. Para Brasil, Argentina e Paraguai a maior vantagem será restringir crimes de contrabando e evasão fiscal. Os escritórios, também chamados de “unidades de transparência comercial”, que contarão com três funcionários norte-americanos e sete locais, devem começar a funcionar em dois meses e serão instalados em Foz do Iguaçu, no Paraná, Puerto Iguazú, na Argentina, e Ciudad de Leste, no Paraguai. Os governos brasileiro e norte-americano estão criando um banco de dados com informações *online* sobre todos os registros comerciais do Brasil com o resto do mundo, que deverá estar completo em seis meses e poderá ser acessado por autoridades dos dois países. (Folha de S. Paulo – Mundo – 18/03/06).

Presidente uruguaio visitou o Brasil

Em visita ao Brasil, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, pediu ajuda para que seu país não dependa da Argentina para o recebimento de gás. Para isso, propôs uma mudança nos trajetos dos dutos do gasoduto que está sendo planejado para interligar os países da América do Sul, de modo que um dos trechos saia da Bolívia, passe pelo Brasil e vá para o Uruguai. No projeto original, o Uruguai receberia gás de um trecho que passaria pela Argentina. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, concordou em propor mudanças ao projeto inicial do gasoduto a favor do Uruguai. Durante sua viagem, o representante uruguaio também aproveitou para cobrar de Lula uma participação maior de seu país nas discussões sobre a integração do continente, das quais participam apenas Brasil, Argentina e Venezuela. Lula e Vázquez assinaram vários acordos no sentido de garantir fornecimento de energia elétrica ao Uruguai. Além disso, um outro acordo foi fechado garantindo o trânsito de brasileiros e uruguaios entre os dois países. Em declaração conjunta dos presidentes à imprensa brasileira, Vázquez defendeu um “Mercosul maior e melhor”, sem diferenças econômicas e territoriais, dando sequência às continuadas críticas de que o Brasil e a Argentina são os mais beneficiados do bloco. O presidente brasileiro, em resposta, disse ter consciência das responsabilidades de seu país dentro do Mercosul e que decisões no sentido de promover políticas de distribuição dos benefícios resultantes da integração serão tomadas. Ao deixar Brasília, o presidente uruguaio recebeu a informação de que autoridades do governo brasileiro recorrerão à Justiça contra uma lei do



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

estado do Rio Grande do sul que dificulta a entrada de arroz, trigo, cebola e outros produtos agrícolas provenientes do Uruguai. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/03/06; O Globo – Economia – 17/03/06).

José Alencar visitou a China

O vice-presidente do Brasil, José Alencar, desembarcou no dia 19 em Xangai, China, para tentar promover o crescimento do comércio bilateral. Alencar teve encontros com o presidente chinês, Hu Jintao, com o presidente da Assembléia Popular, Wu Bangguo, e com empresários chineses. Em reunião com a vice-primeira-ministra, Wu Yi, o representante do Brasil discutiu a certificação de mais frigoríficos brasileiros para exportação de carne, a concretização de investimentos chineses no Brasil e o reconhecimento do status de economia de mercado da China. O encontro do vice-presidente com a equipe de planejamento econômico de Xangai também teve como intuito a atração de investimentos diretos estrangeiros para o Brasil. Um dos principais objetivos da visita de Alencar foi a inauguração da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, um fórum permanente de discussões entre Brasil e China, cujo objetivo é acelerar acordos comerciais e memorandos de investimentos assinados entre ambos países. (O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06; O Globo – Economia – 17/03/06; O Globo – Economia – 19/03/06).

China suspendeu restrições às compras de minério de ferro

O ministro chinês, Ma Kai, anunciou que o governo de seu país não interferirá mais nas negociações sobre o minério de ferro entre as siderúrgicas nacionais e os fornecedores internacionais. Na semana passada, o governo brasileiro divulgou que poderia pedir a intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) caso a China continuasse com restrições à importação do produto, um dos componentes principais das exportações brasileiras. O governo chinês havia limitado o volume de compras de minério de ferro para os fabricantes nacionais de aço, medida condenada pela OMC. Segundo Ma Kai, a partir de agora os preços serão estipulados pelo mercado e pelas partes envolvidas nas negociações. Mas, segundo o governo da China, as siderúrgicas locais não suportam novos aumentos de preços de 20% tal qual consta nos contratos anuais de fornecimento de minério de ferro das grandes mineradoras do mundo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06; O Globo – Economia – 19/03/06).



China suspendeu restrições à soja transgênica brasileira

O Brasil poderá exportar soja geneticamente modificada para a China sem nenhuma burocracia pelo prazo de cinco anos. A decisão foi divulgada no dia 16 de março depois do Ministério da Agricultura do Brasil ter enviado à China uma missão para negociar um prazo maior na certificação do produto brasileiro. As normas antigas estipulavam que a certificação deveria ser anual. Os chineses são os principais compradores de soja do Brasil. Cerca de 30% do total que a China importa do produto são provenientes dos produtores brasileiros. (O Globo – Economia – 17/03/06).

Astronauta brasileiro se prepara para o lançamento da nave

O astronauta brasileiro Marcos César Ponte partiu para o Cazaquistão, no dia 18 de março, onde fica o centro de lançamento de Baikonur e de onde será lançada a nave russa que o levará até o espaço no dia 29. Pontes levará oito experimentos científicos à bordo com o objetivo de testá-los na Estação Espacial Internacional. A idéia é observar como alguns materiais e compostos se comportam na ausência de gravidade. As experiências brasileiras foram avaliadas por um grupo de cientistas da Rússia que esteve no Brasil em fevereiro. O grupo apontou algumas modificações que deveriam ser feitas para atender às regras de segurança no espaço e aprovaram oito de nove experimentos. (Folha de S. Paulo – Ciência – 18/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida & – 18/03/06; ; O Globo – Ciência – 21/03/06; O Globo – O Mundo – 18/03/06).

Brasil criticou política econômica dos EUA na OMC

O Brasil aproveitou a avaliação da política comercial dos Estados Unidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), feita em todos os países periodicamente, para questionar as barreiras impostas ao país não apenas no setor agrícola, mas também no setor industrial e de serviços. Entre as queixas brasileiras estão os programas de subsídios à agricultura norte-americana; o aumento das tarifas conforme o valor agregado do produto no setor agroalimentar; as barreiras aplicadas contra certos produtos manufaturados nacionais, como o aço e as dificuldades que empresas brasileiras têm para atuar nos EUA. Os brasileiros também criticaram a demora do governo norte-americano em acatar as decisões da organização na questão da ação movida pelo Brasil que condenou os subsídios dados aos produtores de algodão dos Estados Unidos e as barreiras antidumping praticadas pelo país. O objetivo brasileiro foi mostrar que, ao contrário do que alega publicamente, a Casa Branca não promove uma política de abertura econômica em todos os setores. (O Estado de S. Paulo – Economia – 17/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/03/06).



ONU divulgou relatório criticando ações do governo brasileiro em relação ao racismo e à questão indígena

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou relatório, no dia 17 de março, no qual critica as políticas brasileiras de combate ao racismo e direitos indígenas. Apesar do documento elogiar o fato do governo reconhecer a existência da discriminação racial no país, ele denuncia que partes do aparelho do Estado, do Judiciário, e mesmo da sociedade civil resistem a medidas de combate ao racismo. Um dos pontos que mais preocupa a ONU é a violência contra os negros e o fato da própria polícia, muitas vezes os tacharem de criminosos só por causa da cor. O estudo, que será apresentado aos demais países da organização, identifica o problema como um legado do período da escravidão e faz cerca de 35 recomendações de como superá-lo. Entre elas está a criação de uma comissão de reconciliação e verdade sobre o racismo, além da destinação de mais recursos aos programas de combate à discriminação. A ONU também pede que medidas para erradicar a violência sejam tomadas e que procuradores e juízes tenham um treinamento especial para lidar com a questão racial. Em relação ao problema indígena, o órgão internacional cobrou do país uma conclusão para a questão da demarcação de terras até o final de 2007. A ONU avaliou que os povos indígenas, no Brasil, sentem-se abandonados e perseguidos pelas autoridades públicas, que não têm diálogo com o governo e têm relações conflituosas com a Funai, o órgão do governo brasileiro responsável pelas questões indígenas. Entre as recomendações feitas pelo documento estão a proteção de líderes das comunidades indígenas, melhoras no sistema de saúde e educação para os índios e a criação de uma comissão parlamentar que investigue crimes nas áreas indígenas. No dia 18, a organização divulgou um outro documento pedindo o fim da impunidade no Brasil nos crimes contra defensores de direitos humanos. A entidade recomendou que o país adote mecanismos de monitoramento da Polícia Militar e da segurança oferecida pelo Estado. (O Estado de S. Paulo – Vida & – 18/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/03/06).

Mercosul facilitou o trânsito de mercadorias entre empresas de confiança

Os países que compõem o Mercosul decidiram facilitar o sistema de importação e exportação entre as empresas consideradas de confiança pelos seus respectivos governos. Com a medida, a empresa que estiver apta no Brasil a participar do despacho aduaneiro expresso – chamado de Linha Azul – poderá negociar com uma parceira na Argentina, por exemplo, e ter a sua carga tratada com prioridade, mesmo que esta segunda empresa não tenha o aval de confiança de seu governo. Além disso, as cargas dessas indústrias têm sinal verde na alfândega, quase não passam por verificação. O assunto foi amplamente tratado durante a semana em reuniões do bloco econômico. Entretanto, Paraguai e Uruguai ainda não possuem o sistema de classificação de suas empresas nacionais como confiáveis ou não. Ainda não há um prazo para que ambos os países adotem um sistema, mas

deverão se basear no modelo brasileiro. (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/03/06).

Decisão de Chávez deverá trazer problemas diplomáticos para o Brasil

Em nota não oficial, o presidente venezuelano, Hugo Chávez relançou a candidatura de seu país a uma vaga no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), para concorrer a um dos dois assentos reservados aos representantes latino-americanos para os anos de 2007 e 2008. A decisão de Chávez deverá criar uma situação embaraçosa para o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. O governo dos Estados Unidos não ficou confortável com a informação, já que a Venezuela critica a política externa norte-americana, apóia o regime de Cuba e declarou-se aliado do Irã na área nuclear. Assim, através de discretas iniciativas, a Casa Branca pretende convencer os países da região a votarem na Guatemala, o outro país candidato. Para o governo brasileiro, que apoiou várias vezes o venezuelano, a situação deverá ficar complicada. No palácio do Planalto, a posição é favorável ao voto à Venezuela. Já no Itamaraty, a posição é de que, caso a Guatemala venha a apoiar o Brasil para outro posto desejado pelo governo em organismos internacionais, certamente terá o voto do país. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/03).

Empresários brasileiros não concordaram com a adesão do país ao Protocolo de Madri

Durante o 2º Seminário Internacional sobre o Protocolo de Madri, na cidade de São Paulo, no dia 17 de março, empresários brasileiros declararam não acreditar que o Brasil esteja apto a adotá-lo. O Protocolo de Madri é um acordo que determina que uma marca registrada em um país signatário também pode ser registrada nos outros de forma praticamente automática, reduzindo o custo atual do processo. O Brasil já fez parte do tratado, mas abandonou-o na década de 30 porque a entrada de marcas no país era muito maior do que a ida delas para outros países. As grandes empresas brasileiras acreditam que o cenário se repetiria ainda hoje e são contra a adesão do país ao protocolo. (O Estado de S. Paulo – Economia – 18/03/05).

Método cubano de alfabetização está sendo testado em estado brasileiro

O método cubano de alfabetização de adultos chamado “Yo si puedo” (Sim, eu posso) está sendo aplicado, desde outubro de 2005, no estado do Piauí. A aplicação do método, que foi premiada pela Unesco em 2002 e 2003 e já é utilizada por 15 países, foi contratada pelo governo brasileiro em um protocolo de intenções assinado com Cuba em setembro de 2003. O método consiste na utilização de vídeos e no auxílio de monitores que levam os estudantes a aprender



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

a ler e escrever em 35 dias. O governo cubano doou cerca de 50 jogos, cada qual com 17 fitas, que estão sendo utilizados no Piauí. A continuidade e ampliação do projeto dependerão da avaliação de sua eficácia. Para acompanhar o procedimento, o vice-cônsul cubano, Adolfo Núñez Fernández, desembarcou no Brasil no dia 16 de março. (O Estado de S. Paulo – Vida & - 19/03).

Reunião OEA discutiu os direitos dos índios

A cidade de Brasília foi palco da 7ª Reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Busca de Consensos sobre a Declaração Americana dos Direitos Indígenas, que reuniu representantes dos 34 países-membro do tratado e dos povos indígenas das Américas do Norte, Central e do Sul, além do Caribe. Durante o encontro, índios brasileiros cobraram do país o direito de usufruir os recursos naturais de suas terras com autonomia, inclusive no manejo do subsolo, que é de propriedade do governo. Além disso, foi pauta de discussão a questão do consenso em torno da autodeterminação dos povos indígenas. O tema gera polêmica, pois na interpretação de algumas nações, pode dar margem a movimentos separatistas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/03/06).

Brasil e Paraguai chegaram a um entendimento sobre região da Ponte da Amizade

Os governos do Brasil e do Paraguai chegaram a um acordo, no dia 23 de março, sobre a região entre suas fronteiras, após vários dias de bloqueio da Ponte da Amizade e de manifestações por parte dos paraguaios em protesto contra a cota de US\$ 300 de importação de mercadorias paraguaias a que os turistas brasileiros têm direito. O governo brasileiro ameaçou reduzir a cota para US\$ 150, mas nenhuma alteração foi feita. O governo paraguaio, entretanto, garantiu que não ocorrerão mais bloqueios na ponte e exigiu, em contrapartida, que o Brasil ampliasse o acordo feito sobre a região da fronteira entre os dois países, assinado em abril de 2005. Ambos governos desenvolverão medidas com a finalidade de organizar o comércio na região, tais como obras para facilitar o trânsito de pedestres e veículos e regras de controle de emissão de notas fiscais. Com esse intuito, será realizada, no dia 28 de março, em Foz do Iguaçu, uma reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Paraguai, que discutirá as medidas de cooperação previstas no acordo. (Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/03/06; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 23/03/06).

Convenção da ONU sobre diversidade biológica começou em Curitiba

A 8.ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre conservação e uso da



biodiversidade, começou no dia 20 de março, na cidade de Curitiba, no Brasil. Um dos temas principais do encontro, que reuniu representantes de 188 nações, foi a negociação de um regime internacional de acesso e repartição de benefícios provenientes do uso da biodiversidade e o patenteamento de produtos desenvolvidos a partir dela. A idéia, apoiada pelos representantes brasileiros, é que os países detentores da maior parte da diversidade biológica da Terra sejam recompensados por dar uso econômico a esse potencial. Os países desenvolvidos, entretanto, não concordam com essa negociação, já que não são os detentores principais da riqueza biológica do mundo, mas sim das indústrias e da tecnologia. Outro assunto importante que foi arduamente discutido durante as reuniões girou em torno da questão do que deveria ser escrito na embalagem dos produtos transgênicos: “pode conter” ou “contém” transgênicos. Com exceção do México, todas as outras nações participantes optaram pela segunda opção. Os mexicanos só aceitaram aderir ao consenso exigindo mais prazo. A proposta brasileira era que até 2010 já houvesse identificação e separação completa entre os produtos transgênicos e os convencionais. No entanto, o prazo acertado foi 2012. Com o prazo estendido, a adoção de regras rígidas para movimento de cargas transfronteiriças, incluindo as realizadas com países não signatários, foi protelada. O texto final da convenção apenas convida os não-signatários a adotar as regras do protocolo. Em relação à liberação de áreas de plantio experimental com uso de sementes estéreis, o Brasil reafirmou sua posição prevista na lei de Biossegurança, que proíbe a produção de sementes estéreis, também chamadas de sementes suicidas, pois o grão libera uma toxina que impede sua germinação após a primeira colheita. Ao final do terceiro dia de encontro, a ministra brasileira de Meio Ambiente, Marina Silva foi empossada presidente da COP pelos próximos dois anos. A convenção terminará no dia 31 de março. (Folha de S. Paulo – Ciência – 21/03/06; Folha de S. Paulo – Ciência – 22/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida & – 20/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida & – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Vida & – 23/03/06; O Globo – O Mundo – 18/03/06).

Príncipe jordaniano visitou o Brasil

O Príncipe da Jordânia, Hassan bin Talal, desembarcou no Brasil, no dia 17 de março, em uma visita oficial ao país. Talal é um dos principais articuladores da paz entre Jordânia e Israel. Nos últimos anos tem tentado fomentar a aproximação de culturas e tornou-se o primeiro asiático a presidir o Clube de Roma, instituição que tenta promover o desenvolvimento mundial. (O Globo – O Mundo – 18/03/06).

UE declarou que não dará prioridade às negociações com o Mercosul

Representantes do Mercosul e da União Européia (UE) reuniram-se em Bruxelas, no dia 21 de março, para tentar reconsiderar o projeto de um acordo de livre comércio entre os dois blocos. As negociações entre os blocos está suspensa há um ano e a data indicada anteriormente pelos europeus, o mês de maio, para a



conclusão de um acordo será prorrogada. Durante o encontro, o Brasil apresentou uma proposta de melhoras em relação à abertura nacional na área de serviço que incluíam os setores financeiro, marítimo e de automóveis. Em troca, pediram que Bruxelas abrisse mais seu mercado agrícola. Apesar de nenhuma contra-proposta ter sido enviada ao Itamaraty, o comissário de Comércio europeu, Peter Mandelson declarou em entrevista a jornais brasileiros que os países em desenvolvimento deveriam fazer concessões maiores nas negociações de liberalização comercial. Os pontos-chave que travam as negociações entre o Mercosul e a UE são os mesmos que vêm travando a Rodada Doha de liberalização do comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Europa declarou que, no momento, sua prioridade é negociar com a organização e não com os países do bloco sul-americano. Entretanto, Mandelson esclareceu que um acordo com os países do bloco do cone-sul não está fora de cogitação, mas deixou claro que o Mercosul não deve esperar concessões simultâneas em ambas negociações. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/03/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 20/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/03/06; O Globo – Economia – 22/03/06).

Suspeito de praticar atos terroristas foi detido no Brasil à pedido do governo da França

A Polícia Federal do Brasil prendeu, no dia 16 de março, em São Paulo o francês Anthony Galliot, por suspeita de terrorismo. Segundo suspeitas, Galliot pertence a um grupo de separatistas que atacou um complexo turístico do litoral oeste da Córsega, na França, além de atentados a prédios públicos franceses. Ele foi detido devido a um mandato expedido pelo Supremo Tribunal Federal a pedido do governo francês. O suspeito também é acusado de envolvimento em crimes na Dinamarca e na Suíça, além de relações com a máfia corsa. Galliot foi apontado como proprietário de uma casa noturna na cidade de São Paulo e seus crimes podem ter ramificações no Brasil, com esquemas de lavagem de dinheiro e bingo. O francês deverá ser extraditado do país em três meses. (O Globo – O Mundo – 17/03/06).

Libanesa suspeita de atentado terrorista foi presa no Brasil

A economista libanesa, Rana Abdel Rahim Koleilat, suspeita de fraude, de suborno de policiais, de desvio de dinheiro e de envolvimento no assassinato do ex-premiê libanês Rafik al-Hariri, em 2005, foi detida pela Interpol em São Paulo, no dia 12 de março. Rana teria desviado cerca de US\$ 1,2 bilhão do banco libanês Al-Madina, em 2003, e parte desse dinheiro teria sido usado para financiar o ato terrorista que culminou na morte do político do Líbano. A libanesa cumprirá um mandado de prisão preventiva para extradição, expedido pelo Supremo Tribunal Federal a pedido da Justiça do Líbano e deverá ser interrogada, nos próximos



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

dias, por membros da Interpol sobre os crimes internacionais que cometeu. Como os dois países não têm acordo de extradição, o processo poderá demorar até três meses. Rana já entrou com um pedido de asilo político. A Comissão Internacional Independente de Investigações das Nações Unidas já declarou ter interesse em ouvir as declarações de Rana sobre o assassinato de Hariri, mas ainda não formalizou um pedido ao Itamaraty neste sentido. (O Globo – O Mundo – 17/03/06; O Globo – O Mundo – 18/03/06).

Fórum Mundial ocorreu no Brasil com o apoio da ONU

O 10º Fórum Mundial de Jovens Empreendedores aconteceu na cidade de São Paulo, na semana passada, e contou com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e de diversas entidades brasileiras. O evento reuniu jovens empresários brasileiros e estrangeiros, de cerca de 75 países do mundo todo. Na rodada de negócios, estima-se que tenha sido negociado o valor médio dos eventos anteriores em outros países: US\$ 30 milhões. (O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06).

UE embargou mel proveniente do Brasil

A União Européia (UE) informou ao Ministério da Agricultura do Brasil, no dia 16 de março, que não importará mais o mel brasileiro. O argumento europeu é de que o produto proveniente do Brasil não se enquadra no sistema de controle de resíduos e qualidade que vigora no bloco. O embargo não afetará as remessas que já estão em trânsito para a Europa. Para tentar convencer o bloco europeu a retomar as importações, o governo brasileiro argumentou que o Programa Nacional de Controle de Resíduo (PNCR), para o ano de 2006, inclui o monitoramento do mel e fixa regras mais amplas de controle de resíduos biológicos, como exames de mil amostras a mais que em 2005 do produto. Apesar das restrições ao mel, a Comissão Européia aprovou o controle de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, eqüídeos, aves de capoeira, aquicultura e do leite exportado pelo Brasil. (O Estado de S. Paulo – Economia – 20/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/03/06; O Globo – Economia – 17/03/06).

Nova política de financiamentos para o Brasil será lançada pelo BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fará sua reunião anual em Belo Horizonte, de 3 a 5 de abril, com a finalidade de discutir mudanças na sua forma de operação. Durante o encontro, deverá ser lançada uma nova política de financiamentos para o Brasil, pela qual o BID poderá transferir recursos às empresas nacionais de capital misto, as chamadas Parcerias Público-Privadas, ou diretamente aos governos estaduais ou municipais, que realizariam a obra e



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

repassariam a exploração do serviço a uma empresa privada. A instituição também estudará a possibilidade de conceder créditos aos governos estaduais e municipais sem que seja necessária uma garantia do governo federal. Na reunião, o presidente do Banco, Luiz Alberto Moreno, deverá divulgar o nome do brasileiro que sucederá o vice-presidente para Administração e Finanças, João Sayad. O Itamaraty indicou o atual secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, para o cargo. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/03/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/03/06; O Globo – Economia – 23/03/06)

Petrobrás explorará petróleo no golfo México

A empresa estatal brasileira, Petrobrás, obteve a concessão para exploração e produção de petróleo e gás em dez blocos localizados no golfo do México, na parte situada em território norte-americano. Para obter as concessões, a empresa brasileira terá que pagar US\$ 22,3 milhões. Além disso, os blocos estão situados em águas muito profundas, onde os investimentos tem que ser maiores, fazendo com que a Petrobrás tenha que desembolsar mais. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/03/06).

UE resistiu à proposta brasileira de reunião para destravar rodada Doha

A proposta do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, de promover um encontro de chefes de Estado para tentar destravar as negociações da Rodada Doha de liberalização do comércio foi criticada pelo comissário de Comércio da União Européia (EU), Peter Mandelson. Segundo Mandelson, “há mais trabalho a fazer antes de convocar uma reunião como a que Lula e Blair propuseram”. A idéia brasileira foi apoiada pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair e conta com a simpatia da Alemanha. (O Estado de S. Paulo – Economia – 23/03/06).